

## PROTEÇÃO SOCIAL ENTRE OS IDOSOS BRASILEIROS: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PÓS-PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

**Graziela Ansiliero**

Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea; bacharela em ciências econômicas pela Universidade de Brasília (UnB); e mestra em avaliação de políticas públicas pela Universidade Complutense de Madri (UCM), na Espanha.

**Ricardo Cifuentes**

Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), no Paraná; doutor em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em economia social e do trabalho pela mesma instituição; e bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2760>

O objetivo deste estudo é oferecer um panorama da proteção de idosos no país, com foco nos benefícios pagos continuamente (ditos permanentes) a pessoas com 65 anos ou mais de idade, sob a forma de transferências monetárias previdenciárias e assistenciais. O texto apresenta a evolução de indicadores de cobertura e proteção previdenciária dos idosos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e da regulamentação de seus dispositivos previdenciários e assistenciais. A análise se baseia nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (PNAD Anual) (1992-1993; 1995-1999; 2001-2009; 2011-2015) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (2012-2019), bem como nos microdados do Sistema Único de Informações de Benefícios (Suipe), sistema de informações gerenciais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Houve expansão significativa no volume de beneficiários, mesmo em um contexto de acelerado envelhecimento populacional e aumento no contingente de idosos, na proporção de protegidos pela combinação de benefícios contributivos, semicontributivos e não contributivos. Há diferenças no grau de proteção social de homens e mulheres, mas esse *gap* tendeu a diminuir no tempo, inclusive com elevação na proporção de mulheres recebendo benefícios próprios, reduzindo a participação de seguradas unicamente pensionistas. Como determinantes mais recentes de variação na composição dos estoques de benefícios, entre as mulheres ganha espaço a concessão de

benefícios contributivos; entre os homens, também se destacam os benefícios assistenciais. Em termos gerais, houve aumento no peso dos benefícios contributivos continuados, mas sua participação (53% do total de benefícios classificados como permanentes) ainda é relativamente limitada no país.